

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2021.

AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO: QUE ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 020/2008, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER

1. Pelo que consta, o objetivo do presente Projeto de Lei Complementar nº 004/2021 é retirar a incidência da cobrança da taxa de expediente nas emissões de guias de pagamentos de tributos.

2. A base do presente projeto é sustentada em decisão proferida pelo STF (RE 789218-MG), que definiu que a emissão de guia de recolhimento de tributos é de interesse exclusivo da administração, não se tratando de serviço publico prestado ou colocado à disposição do contribuinte. Entendeu, portanto, que não há no caso, qualquer contraprestação em favor do administrado, razão pela qual seria legítima sua cobrança. Ademais, a emissão das guias para pagamento de tributos na maioria das vezes é realizada pelo próprio contribuinte de forma eletrônica no site do município.

3. Desta forma, decidiu o Plenário do STF, que a emissão de guia de pagamento de tributo não é, serviço publico especial em favor do contribuinte, sendo inviável a sua cobrança.

4. A justificativa contida na Mensagem Legislativa nº 034/2021, explicita e justifica de forma empenhada os motivos da alteração proposta.

5. É cediço que ao Município, por seu administrador, é permitido, após prévia autorização legislativa, acrescentar, alterar, modificar ou revogar artigos, parágrafos, incisos e letras nas Leis Municipais.



6. Face ao exposto, entendo que a proposição em análise é constitucional e legal, podendo ser levado a plenário após as formalidades de praxe, com a ressalva de que cabe aos senhores VEREADORES, em um juízo de valor, analisarem se o que se pretende se coaduna com a necessidade mencionada na justificativa do autor do projeto.

É o parecer, s.m.j.

Campo Novo do Parecis, MT 31 de março de 2021.


Everly Soares Rosiak

Advogada OAB/MT 17.866-O

Assessora Jurídica